

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC CARLOS MARIANO DO ESPÍRITO SANTO FILHO

A IMPORTÂNCIA DO BLOQUEIO E DA OPERAÇÃO ANFÍBIA PARA O REINO
UNIDO NA GUERRA DAS MALVINAS/FALKLAND

Rio de Janeiro

2018

CC CARLOS MARIANO DO ESPÍRITO SANTO FILHO

A IMPORTÂNCIA DO BLOQUEIO E DA OPERAÇÃO ANFÍBIA PARA O REINO
UNIDO NA GUERRA DAS MALVINAS/FALKLAND

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Emílio Reis Coelho

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força que me permite continuar lutando a despeito das dificuldades e por me dar a fé para saber esperar o Seu tempo e Sua vontade em transformar os sonhos em realidade.

À minha família, agradeço a paciência e o apoio que me permitiram concluir esta e inúmeras outras demandas da carreira naval.

Às minhas tias e avós, por todas as lições de vida transmitidas e pelos exemplos de honestidade e perseverança.

Ao Capitão-de-Fragata (RM1) Ohara Barbosa Nagashima, que, com paciência e dedicação, fez muito mais que ensinar as nuances da metodologia científica, proporcionando aos seus alunos a oportunidade de transmutar o pensamento para o sensato campo dos questionamentos.

Ao meu orientador, CF Emílio, agradeço a tranquilidade com que me conduziu nesta empreitada e os ensinamentos que aprimoraram e fizeram deste trabalho uma realidade.

Ao meu pai, que partiu para uma dimensão superior, durante o transcorrer deste curso, agradeço pelo entusiasmo com que sempre vibrou pelas minhas conquistas e pelas palavras certas nos momentos oportunos.

RESUMO

O Reino Unido estabeleceu um bloqueio e executou uma Operação Anfíbia para reconquistar o Arquipélago das Malvinas/Falkland, invadido pelos argentinos, no início da década de 1980. O propósito da pesquisa é analisar se o assalto anfíbio, realizado pelo Reino Unido, foi importante e decisivo para a vitória britânica na Guerra das Malvinas/Falkland. A relevância do tema reside em contribuir para a reflexão de que as Operações Anfíbias ainda têm importância para futuros conflitos e que as estratégias militares são flexíveis, podendo ser alteradas de acordo com as necessidades políticas ou operacionais. Além disso, a cooperação entre as forças armadas, Estados aliados e demais atores do sistema internacional é valiosa para o transcorrer e o resultado de uma guerra. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma confrontação de uma perspectiva teórica com a realidade do conflito armado, considerando os antecedentes da disputa do Arquipélago das Malvinas/Falkland e seu desenvolvimento no ano de 1982. O trabalho apoiou-se na Teoria de Julian Corbett, britânico, advogado, historiador e escritor, que apresenta conceitos sobre estratégia marítima e sobre as formas para se conseguir o domínio do mar, assim como os tipos de bloqueio e os fundamentos para projetar poder sobre terra. Esses princípios foram utilizados para orientar a Marinha Real do Reino Unido. Foram abordados os aspectos, históricos e políticos como principais elementos motivadores da crise entre os dois Estados envolvidos. Concluiu-se então que o assalto anfíbio foi importante e decisivo para a vitória britânica.

Palavras-chave: Operações Anfíbias, Assalto Anfíbio, Bloqueio, Zona de Exclusão, Teoria de Corbett.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEE /	Comunidade Econômica Europeia
CSNU /	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA /	Estados Unidos da América
FT /	Força-Tarefa
HMS /	<i>Her majesty's ship</i> (navio de sua majestade)
OpAnf /	Operações Anfíbias
ONU /	Organização das Nações Unidas
RAF /	<i>Royal Air Force</i> (Força Aérea Real)
RFA /	<i>Royal Fleet Auxiliary</i> (Esquadra Real Auxiliar)
OTAN /	Organização do Tratado do Atlântico do Norte
TIAR /	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TO /	Teatro de Operações
ZEM /	Zona de Exclusão Marítima
ZET /	Zona de Exclusão Total

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA.....	10
2.1	ESTRATÉGIA MARÍTIMA.....	12
2.2	FORMAS TÍPICAS DE OPERAÇÕES NAVAIS NA VISÃO DE CORBETT.....	13
2.3	TIPOS DE BLOQUEIO.....	14
2.4	PROJEÇÃO DE PODER.....	16
2.5	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	18
3	ANTECEDENTES DA GUERRA DAS MALVINAS.....	20
3.1	FATORES HISTÓRICOS DA GUERRA DAS MALVINAS/FALKLAND.....	20
3.2	TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS.....	23
3.3	INÍCIO DA GUERRA DAS MALVINAS/FALKLAND.....	25
3.4	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	27
4	GUERRA DAS MALVINAS/FALKLAND.....	29
4.1	REAÇÃO BRITÂNICA.....	29
4.2	ESTABELECIMENTO DE UMA ZONA DE EXCLUSÃO.....	32
4.3	OPERAÇÕES ANFÍBIAS.....	36

4.4	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	40
5.0	CONCLUSÃO.....	42
	REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

Há aproximadamente dois séculos, o Reino Unido¹ e a Argentina permanecem em uma relação internacional caracterizada pela disputa de soberania sobre um arquipélago composto por cerca de duzentas ilhas, localizadas no Atlântico Sul, denominado *Las Islas Malvinas* (para os argentinos) ou *Falkland Islands* (para os britânicos).

Historicamente, as origens da guerra das Malvinas/Falkland (1982) ocorrem a partir de uma série de reivindicações não resolvidas que se intensificaram em 1833, quando o Reino Unido assume o controle do Arquipélago. A reivindicação britânica se baseia no descobrimento do território e da posse contínua das ilhas, desde 1833, além do uso da língua britânica pela população que vive nas ilhas desde então. A Argentina contestou formalmente a reivindicação e a invasão britânica, alegando que havia herdado as possessões coloniais da Espanha, a partir de 1822, ano da independência argentina. De fato, a retomada pelas Malvinas/Falkland tornou-se parte integrante da vontade nacional argentina.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, a Argentina era governada por militares, e as dificuldades do governo militar argentino eram enormes, além de enfrentar uma crise de popularidade. Destarte, o governo argentino, para dar fôlego ao governo militar, já agonizante na Argentina, decide invadir as Malvinas/Falkland e satisfazer um anseio nacional, no intuito de se aproximar da sua população. O governo do Reino Unido, que também enfrentava uma crise de popularidade, reagiu com força.

Sendo assim, em 1982, o Atlântico Sul foi palco de um conflito violento envolvendo os dois Estados, surpreendendo o mundo, pelo fato de a disputa ser antiga e de ser remota a possibilidade de que ocorresse uma guerra. Essa guerra permitiu a avaliação em condições reais

¹ Reino Unido, oficialmente Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, é um Estado soberano insular localizado em frente à costa noroeste do continente europeu. O Reino Unido inclui a ilha da Grã-Bretanha, a parte nordeste da Ilha da Irlanda, além de muitas outras ilhas menores.

de combate, no que diz respeito a equipamentos e sistemas, procedimentos e doutrinas, sobretudo no campo naval.

No período que antecedeu a Guerra das Malvinas/Falkland, discutia-se a validade dos conceitos ligados às operações anfíbias, e muitos consideravam que essas operações não seriam mais empregadas. Entretanto, o conflito envolvendo o Reino Unido e a Argentina reafirmou a viabilidade das operações anfíbias.

No caso específico deste trabalho, a relevância está alicerçada em um estudo estratégico que tem como base teórica a estratégia naval de Corbett. Ele considerava que a batalha decisiva era relevante, no entanto, considerava difícil que ocorresse, pois a esquadra mais fraca evitaria o combate e realizaria tarefas pertinentes a sua dimensão e características, sem fornecer o controle do mar ao inimigo. Assim, o bloqueio era a opção para a força naval mais forte. Dessa forma, será observada e analisada a mudança estratégica do Reino Unido, ao optar pelo emprego das Operações Anfíbias e propiciar uma célere rendição argentina.

Nesse contexto que se situa a presente dissertação, que numa linha de pesquisa bibliográfica, tem como propósito verificar as dificuldades de se manter o bloqueio naval, implementado pelo Reino Unido através de uma Zona de Exclusão e a escolha pelo emprego das Operações Anfíbias.

Esta pesquisa é composta por cinco seções. Esta introdução, a primeira delas, tem como propósito proporcionar uma visão global da pesquisa.

A segunda seção descreverá e analisará um referencial teórico sobre o bloqueio e as operações anfíbias.

A terceira seção trata dos fatores históricos envolvidos no conflito, assim como as principais transformações políticas, econômicas e sociais que se passavam na época.

Na quarta seção, a reação britânica à invasão argentina, o estabelecimento da zona de exclusão e o uso das operações anfíbias serão analisados, permitindo avaliar se as operações anfíbias foram importantes e imprescindíveis para o término da guerra.

Por fim, a quinta seção concluirá este estudo indicando a interação entre a teoria e os acontecimentos da guerra.

Conforme mencionado anteriormente, a próxima seção iniciará a apresentação da pesquisa, com a fundamentação teórica e a abordagem das concepções e conceitos para conseguir o domínio do mar, assim como a importância da coordenação entre as forças armadas para se atingir a projeção de poder, necessários à compreensão do estudo proposto.

2 CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA

Nesta seção, abordaremos a definição de concepção estratégica e alguns conceitos importantes da estratégia marítima. Serão apresentadas também as operações de bloqueio e as operações anfíbias, as quais serão objetos deste estudo, à luz da teoria do britânico Julian Stafford Corbett (1854-1922). Esses conhecimentos serão transmitidos a fim de facilitar o entendimento de uma guerra no mar.

Julian Corbett era advogado e historiador e em virtude de sua boa condição financeira, não atuou como advogado e resolveu escrever livros. Pelo fato de frequentar o círculo militar da Marinha Real Britânica e possuir grande conhecimento histórico, Julian Corbett foi convidado a ensinar História Marítima na Marinha Real Britânica e desenvolveu ideias sobre a concepção do Poder Marítimo ao final do século XIX. Sua obra fundamental foi “*Some Principles of Maritime Strategy*” (em português “Os princípios da Estratégia Marítima”), utilizando-se de diversos exemplos históricos para sustentar suas teorias (MONTEIRO, 2011).

Corbett apoiava-se em Carl Von Clausewitz (1780-1831), militar do Reino da Prússia, que ocupou o posto de General e é considerado um grande estrategista militar e teórico da guerra por sua obra *Vom Kriege* (em português “Da Guerra”), publicada pela sua esposa, em 1832, após a sua morte. Clausewitz era um teórico da guerra terrestre e não chegou a pensar sobre as peculiaridades da guerra no mar. Ademais, Clausewitz considerava fundamental que a guerra sempre estivesse submetida aos objetivos políticos estabelecidos (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Julian Corbett formalizou, através da sua obra, uma teoria que unisse os preceitos já existentes da guerra naval, no entanto, sob uma ótica do general Clausewitz. Corbett adapta as ideias terrestres de Clausewitz ao ambiente marítimo e as refina para guiar a Marinha Real

Britânica. A partir desse entendimento, a estratégia marítima é relacionada de forma mais clara para a conquista dos objetivos nacionais (MONTEIRO, 2011).

A concepção estratégica naval indica como será empregada uma Força Naval, a sua natureza, organização e os elementos de combate. Partindo dessa premissa, as esquadras são organizadas e adestradas para atuar. A seleção de objetivos e a escolha da maneira de empregar o Poder dão margem, na Estratégia Naval, às múltiplas concepções teóricas.

Qualquer uma das concepções estratégicas empregadas dificilmente será capaz de inspirar uma Estratégia Naval por longo tempo. Mais comumente, as diversas concepções mesclam-se em proporções variadas dentro de uma Estratégia sempre em revisão, por forças da mudança da situação.

Julian Corbett não era adepto da concepção estratégica da batalha decisiva, defendida pelo estrategista estadunidense Alfred Thayer Mahan² (1840-1914), e enfatizava o bloqueio como uma concepção estratégica. No entanto, em nossa Doutrina Militar Naval, o termo bloqueio é empregado apenas em nível operacional e tático como uma operação de bloqueio e não como uma concepção estratégica. Na doutrina da Marinha do Brasil, a concepção estratégica que mais se aproxima do bloqueio de Corbett, é o desgaste, pelo qual se busca o enfraquecimento das forças inimigas. Além disso, ele defendia também a concepção de projeção de poder, empregada por meio da integração entre as Forças Armadas terrestres e navais, cujo conceito foi bastante utilizado pela Força Tarefa do Reino Unido na Guerra das Malvinas/Falkland, culminando com as Operações Anfíbias³.

² Mahan foi um oficial da marinha dos Estados Unidos da América que se notabilizou como estrategista. Suas ideias sobre o poderio naval influenciaram a visão estratégica das marinhas de todo o mundo e ajudaram a desencadear o grande investimento em meios navais, que se verificou nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Suas pesquisas na área da história naval permitiu-lhe publicar a obra *The Influence of Seapower on History 1660-1783* (em português “A influência do Poder Naval sobre a História (1660-1783)”, que se revelaria uma das mais importantes influências no pensamento estratégico naval do início do século XX até os dias atuais, ao afirmar a superioridade dos impérios marítimos sobre os impérios continentais.

³ “Operação Anfíbia (OpAnf) é uma operação naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia, sobre região litorânea hostil, potencialmente hostil ou mesmo permissiva, com o propósito principal de introduzir uma Força de Desembarque em terra para cumprir missões designadas.” (DMN, 2017, p. A-20).

2.1 ESTRATÉGIA MARÍTIMA

Desde a Antiguidade até a Idade Média, pouco se desenvolveu em termos de estratégia marítima ou naval⁴, pois ela é muito mais dependente dos avanços tecnológicos do que a estratégia terrestre. Destarte, a estratégia marítima variou com o tempo em função dos meios disponíveis e seus princípios conheceram variações paralelas (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

A confrontação mar e terra, é, senão uma constante, ao menos uma regularidade na reflexão político-estratégica. A estratégia naval, não pretende constituir-se em algo isolado da estratégia geral e a sua função principal é a de determinar as relações mútuas do exército e da marinha em um Plano de Campanha⁵. Quando tiver sido feito isso, a estratégia naval começa a determinar a forma em que a marinha melhor desempenhará seu papel em um Teatro de Operações⁶. Realizar tal coordenação entre as Forças não é tarefa fácil, sendo suscetível a inúmeras soluções. Pode acontecer que o domínio do mar seja de tal importância imediata que o Exército tenha que se dedicar a apoiar a Marinha em sua tarefa especial, antes que possa agir diretamente contra o território do inimigo e suas forças terrestres. Por outro lado, pode ser o dever imediato da esquadra promover a ação militar em terra, antes de ser livre para se dedicar totalmente à destruição da esquadra inimiga (CORBETT, 1936).

Corbett estabeleceu que a estratégia marítima era composta por princípios que governam a guerra e sobre os quais o Poder Naval desempenhava papel substancial. No entanto, tal poder isolado não é suficiente, pois homens vivem em terra e é lá que a guerra terá a sua

⁴ Estratégia Naval remete ao instrumento (Esquadra por exemplo), e marítimo ao meio. O segundo termo é evidentemente mais amplo, englobando todos os aspectos do mundo marinho: econômico, político e estratégico, a ponto de Corbett ter chegado até a identificar, no caso do Reino Unido, a estratégia marítima com a estratégia geral.

⁵ “Plano elaborado por um comandante de um teatro de operações, destinado a regular uma série de operações militares, inter-relacionadas, a serem desenvolvidas numa ampla faixa de tempo e espaço, para cumprimento da missão que lhe foi atribuída.” (MD-35-G-01, 2015, p. 196).

⁶ “O Teatro de Operações (TO) é o espaço geográfico necessário à condução de operações militares, para o cumprimento de determinada missão, englobando o necessário apoio logístico)” (DMN, 2017, p. 3-1).

decisão final (CORBETT, 1911).

Assim, afirma-se que a aplicação prática de uma estratégia militar implica desenvolver operações para estabelecer controles, estimando as limitações de natureza tática e logística, a fim de não planejar e estabelecer operações inexecutáveis e inaceitáveis (CAMINHA, 1980).

Tendo em vista os aspectos observados, Corbett estudou a obra escrita por Clausewitz e procurou integrá-la ao estudo da guerra no mar, retratando e enfatizando que o Poder Naval possuía algumas características singulares que o diferenciava do poder terrestre e que sua contribuição para a estratégia seria apontar as possibilidades e limitações.

2.2 FORMAS TÍPICAS DE OPERAÇÕES NAVAIS NA VISÃO DE CORBETT

Observa-se que, na condução da guerra naval, todas as operações se relacionam com dois grandes objetivos, um de obter ou disputar o domínio do mar e o outro é o de exercer o controle sobre as comunicações marítimas de que dispomos (CORBETT, 1936).

O método para obter o domínio, pelo qual se priva o inimigo de empregar de forma eficaz as comunicações marítimas e para permitir que façamos o uso delas, poderá ser empregado através dos seguintes procedimentos: a decisão pela batalha e o bloqueio. Desses dois, o primeiro, ou seja, a decisão pela batalha, era o que se podia aplicar com menos frequência, porém sempre foi o preferido pela Marinha Real Britânica. Era natural que isso ocorresse pela posição de preponderância sobre o inimigo e, enquanto era sustentada essa preponderância, era mantida também essa preferência (CORBETT, 1936).

É importante enfatizar que o bloqueio⁷ citado no parágrafo anterior assume a perspectiva de Corbett, ou seja, em nível estratégico e não em nível operacional ou tático, conforme utilizamos na nossa Doutrina Militar Naval.

Segundo Julian Corbett (1936), existem três métodos de aplicação das operações navais que são: métodos para conseguir o domínio, que será um dos focos deste estudo, métodos para disputar o domínio e métodos para exercer o domínio.

Os métodos para se conseguir o domínio, baseados numa situação hipotética em que se possui preponderante força ou vantagem, dividem-se ainda em duas vertentes. A primeira inclui as operações que tendem a obter uma decisão pela batalha, buscando a esquadra inimiga e provocando o combate entre forças. Na segunda vertente, consideram-se as operações que se fazem necessárias quando não se pode obter uma decisão e o Plano de Campanha exige o imediato controle das linhas de comunicações, levando-se em conta todas as formas de bloqueio. A partir dos métodos de se conseguir o domínio será analisada a segunda vertente, o bloqueio (CORBETT, 1936).

2.3 TIPOS DE BLOQUEIO

As operações variam quanto a seu caráter e intenção estratégica. Um bloqueio pode ser naval ou comercial; para impedir a saída de porto de uma força armada do inimigo ou para assegurar que esta seja levada a ação antes de poder realizar o propósito posterior para o qual sai ao mar. Para fins práticos, o bloqueio naval pode ser conceituado como um método para

⁷ “No contexto naval e de acordo com o Direito Internacional, a operação de bloqueio tem por finalidade evitar que navios de todos os Estados, inimigos e neutros, entrem ou saiam de específicos portos e áreas costeiras pertencentes, ocupadas, ou sob controle de um Estado inimigo. O propósito é negar o uso de navios, inimigos e neutros, assim como de transportar pessoal e material para o território inimigo. Enquanto o direito beligerante de visita e inspeção visa interditar o fluxo de contrabando, o direito do bloqueio tem como propósito impedir que navios, independentemente de suas cargas, cruzem uma barreira, estabelecida e tornada pública, que separa o inimigo de águas internacionais.” (DMN, 2017, p. 3-10).

conseguir o domínio e como função das esquadras de batalha (CORBETT, 1936).

Corbett⁸ (1907, citado por MONTEIRO, 2011) apresenta que o domínio do mar era um objetivo relativo, pois o essencial era o controle das linhas de comunicações marítimas. O domínio do mar unicamente representa o controle das linhas de comunicações, seja para fins comerciais ou para fins militares.

Em consequência, desde o ponto de vista da condução da guerra, temos duas categorias bem definidas de bloqueio, naval e comercial, mas nossa classificação deve ir mais longe, sendo que o bloqueio naval em si é igualmente variado em suas intenções e deve ser subdividido. Tomado estritamente, o termo indica a vontade de fechar o porto bloqueado e impedir o inimigo de ir ao mar. Entretanto, essa não tem sido sempre a intenção. Muitas vezes, o desejo era que o inimigo saísse ao mar, a fim de que pudéssemos levá-lo à ação, e, para fazer isso antes de que pudesse cumprir o seu propósito, devíamos vigiar o porto o mais perto possível com uma esquadra. Não existia nenhum nome especial para essa operação. Apesar da grande diferença de seu objetivo com respeito a outra forma, em geral se chamou também de bloqueio. Houve a necessidade de se adotar termos que distinguíssem ambas as formas de bloqueio, denominando-as como bloqueio estreito e a distância. É certo que o bloqueio estreito é considerado, em geral, pouco aplicável na atualidade, em virtude do desenvolvimento de tecnologias, que propiciam o aumento do alcance dos armamentos e dos sensores, mas as ideias opostas que implicam as duas formas de bloqueio, jamais podem ser eliminadas da consideração estratégica. A estratégia do bloqueio naval deverá sempre ocupar-se das relações entre essas duas formas, seja qual for o tipo adotado no futuro (CORBETT, 1936).

Fazendo uma comparação entre as duas formas de bloqueio, devemos observar que o bloqueio estreito é um método característico para conseguir o domínio local e temporário, sendo seu propósito predominante impedir que a esquadra inimiga atue em certa área com uma

⁸ CORBETT, Julian Stafford, *England in the seven years war – Vol. I & II*, London, Longmans, Green & Co, 1907.

determinada finalidade. Por um outro lado, o bloqueio a distância propõe a destruição da força naval inimiga, constituindo um passo definido para a obtenção de um domínio permanente. Na literatura naval, os antigos estrategistas eram divididos sobre a escolha das duas escolas, o que implica que uma delas estava a favor de empregar sempre a forma estreita e a outra o bloqueio a distância. Inclino-me ainda a acreditar que a escolha dependia do espírito militar do oficial que o definiria como método. Se ele possuísse grande espírito militar, ele elegeria a forma estreita e mais exigente, se era de pouco espírito militar, optaria em bloquear a distância com a forma menos exigente (CORBETT, 1936).

Ao considerar o bloqueio a distância, deve-se levar em consideração três pilares. O primeiro deles indica que o nosso objetivo é de conseguir que o inimigo saia ao mar, sendo que a nossa posição deverá ser tal que permita a oportunidade de fazê-lo. O segundo determina que já que desejamos estabelecer contato para engajar em uma batalha decisiva, essa posição não deverá estar mais distante do porto inimigo, que o seja compatível com o nosso objetivo de levá-lo à ação antes que ele possa alcançar o seu propósito. E o terceiro prega a economia de meios, que é um princípio de guerra, na adoção do método que resulte menos exaustão à esquadra e que conserve o melhor estado de preparação à batalha.

Desse modo, a partir dessa última divisão das formas de bloqueio, a distância e estreito, entende-se que Corbett já reduziu o conceito de bloqueio para o nível operacional e tático.

2.4 PROJEÇÃO DE PODER

As máximas da guerra, que parecem ter servido muito bem na guerra continental, nunca foram tão claras quando o mar interveio seriamente numa guerra. Em tais casos, não será suficiente dizer que o objetivo principal do exército é destruir o inimigo, ou que o da esquadra

é destruir a esquadra inimiga. A interação local de fatores terrestres e marítimos produz condições que são muito complicadas para soluções tão severas. Os planejamentos iniciais mesmo nas situações aparentemente mais simples são muito complexos para serem resolvidos pela simples aplicação de tais máximas. A solução correta depende dos princípios mais amplos e fundamentais da guerra e a teoria que predomina, em seu sentido fundamental, é uma continuação da política por outros meios (CORBETT, 1936).

Corbett via a guerra naval como um recurso para alcançar os objetivos gerais da guerra, inevitavelmente decididos em terra. Tais objetivos promoviam ou negavam operações militares em terra, projetando a força a partir de operações com esta capacidade, das quais Corbett era um grande defensor e designava como “apoio naval” a operações militares. Ademais, Corbett se posiciona contra a literatura estratégica da época que pretendia que a guerra naval existisse em si própria, sem dar importância à interdependência entre os exércitos e as marinhas em tempos de guerra. Ele considerava a utilização das forças navais no apoio às operações terrestres e vice-versa. Isso não implicava, da parte de Corbett, a presunção de uma subordinação do Poder Naval⁹ e das Marinhas relativamente ao poder terrestre e aos Exércitos. O seu entendimento era o de que ambas as vertentes do Poder Nacional¹⁰ eram interdependentes e não deviam ser consideradas isoladamente. (MONTEIRO, 2011).

Corbett considerava fundamentais as ações entre a marinha e o exército, assim como a sua coordenação, que facilitam o enquadramento do esforço total de guerra de um Estado, prevendo a projeção de poder sobre terra e pressupondo o emprego de operações

⁹ “Parte integrante do Poder Marítimo capacitada a atuar militarmente no mar, em águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente. Compreende as Forças Navais, incluídos os meios navais, aeronavais próprios e de fuzileiros navais, suas bases e posições de apoio e suas estruturas de comando e controle, logísticas e administrativas, bem como os meios adjudicados pelos poderes militares terrestre e aeroespacial, e outros meios, quando vinculados ao cumprimento da missão da Marinha e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade naval”. (MD-35-G-01, 2015, p. 200).

¹⁰ “Projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando a conquistar e manter os objetivos nacionais”. (MD-35-G-01, 2015, p. 200).

militares conjuntas (MONTEIRO, 2011).

2.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

Cabia à estratégia naval, como parte da estratégia marítima, determinar as operações da esquadra, coordenadas com as ações de outras forças, fato hoje fundamental para o sucesso estratégico na interoperabilidade de uma operação conjunta entre a Marinha, Exército e Força Aérea.

Além disso, o que importa é o uso que se faz do mar, dessa forma, o controle do mar pode ser obtido ou não pela destruição da esquadra inimiga. O controle do mar passa a ter gradações, como: geral ou local, temporário ou permanente. Não havia a necessidade de se controlar todos os mares, mas apenas as áreas importantes para uma Marinha. Assim, poderia haver sucesso com uma Marinha de menor porte, se usada com sabedoria.

Julian Corbett considerava que a batalha decisiva era relevante, entretanto, considerava difícil que ocorresse, visto que, a esquadra mais fraca evitaria o combate, realizando tarefas pertinentes a sua dimensão e características, sem fornecer o controle do mar ao inimigo.

De um lado, o bloqueio era uma opção considerável para a esquadra mais forte e seria utilizado como uma concepção estratégica, como uma forma de conduzir a guerra, através do esgotamento da força naval inimiga, do outro lado, utiliza o bloqueio em nível operacional e tático através do emprego do bloqueio estreito e a distância.

A projeção de poder abordada por Corbett, na atualidade, molda-se, principalmente, na capacidade de ser executada por meio das operações anfíbias, a partir do mar e projetando o poder sobre terra, dentro de uma estratégia geral.

Na seção seguinte, serão estudados os fatores históricos e as principais transformações políticas, econômicas e sociais que antecederam o início da guerra entre o Reino Unido e a Argentina.

3 ANTECEDENTES DA GUERRA DAS MALVINAS/ FALKLAND

Conforme mencionado na primeira seção, serão descritos, explicados e analisados, a seguir, os fatores históricos e os aspectos políticos, econômicos e sociais, necessários para o entendimento das causas do enfrentamento e o estabelecimento de um contexto dos dois Estados envolvidos no conflito das Malvinas/Falkland de 1982.

3.1 FATORES HISTÓRICOS DA GUERRA DAS MALVINAS/ FALKLAND

Ninguém sabe quem avistou as ilhas pela primeira vez, mas é sabido que os primeiros a colocarem os pés nas Malvinas/Falkland foram os britânicos. Em 1690, o Capitão John Strong¹¹ estava viajando para o Chile, quando foi desviado de sua rota por uma forte tempestade. Capitão John Strong desembarcou na Ilha e fez vários apontamentos escritos sobre o local, registrando que era um ótimo ponto de parada para os navegadores, pois havia água fresca e carne em abundância de patos e gansos. Capitão Strong nomeou o estreito que ligava as duas maiores ilhas do arquipélago com o nome do primeiro Lorde do Almirantado, Falkland (HASTINGS e JENKINS, 1983).

Entretanto, a Espanha argumentava, desde o século XVI, ou seja, duzentos anos antes de o Reino Unido invadir o Arquipélago das Malvinas/Falkland, que o Estado espanhol exercia seus direitos de soberania e domínio sobre toda a parte sul do continente americano até o Estreito de Magalhães, inclusive, e considerando incluídas todas as ilhas vizinhas ao Estreito, terras essas já descobertas e por descobrir. Esses direitos da Espanha tinham sido reconhecidos,

¹¹ Oficial britânico que comandou o navio *Welfare* da Marinha Real Britânica durante uma expedição de Londres à América do Sul em 1689-1691.

em forma expressa, e contratualmente assinados pelo Reino Unido no Tratado de *Utrecht*¹² (1713-1715) (CARRIL, 1986).

Todavia, o Reino Unido e a França pouco deram importância a esse tratado. Cobiçavam as Ilhas que, em tempos de paz e de guerra, poderiam ser de grande importância para ambos os Estados. A base do entusiasmo britânico era que as ilhas seriam um apoio de refúgio e refresco para navios do Reino Unido que navegassem pelos mares ao Sul (HASTINGS e JENKINS, 1983).

Ademais, a Argentina que era colônia da Espanha, tornava-se independente, tendo proclamado sua independência no ano de 1816, embora a guerra tenha continuado até a Batalha de Ayacucho¹³ em 1824. O Reino Unido somente reconheceu a independência do Estado Argentino em 1825. Vários anos antes, no entanto, a Argentina havia assumido o exercício de sua soberania sobre as Ilhas Malvinas/Falkland, pelo fato de ter herdado tal território do Estado espanhol (CARRIL, 1986).

Don David Jewett¹⁴, comandante da Fragata *Heroína*, partiu de Buenos Aires no início do ano de 1820, com instruções específicas para tomar posse do arquipélago, naquele momento pertencente ao Estado argentino, como herança do Estado Espanhol, em virtude do princípio *uti possidetis*¹⁵, universalmente admitido. Em 1820, após a tomada da posse das Ilhas Malvinas/Falkland, pelo comandante David Jewett, fato explícito de que o Reino Unido não

¹² Estabeleceu acordos que puseram fim à guerra de sucessão espanhola, na qual entraram em conflito interesses de várias potências europeias. A questão da sucessão espanhola conservou a coroa da Espanha e as respectivas colônias, mas houve renúncia ao direito de sucessão ao trono francês

¹³ Foi uma batalha sangrenta entre a Espanha e as colônias da América do Sul. Depois desta batalha, vários Estados da América do Sul lograram a independência.

¹⁴ Foi um militar da América do Norte conhecido por seu papel na disputa da soberania do Arquipélago das Malvinas/Falkland entre o Reino Unido e a Argentina. No dia 06 de novembro de 1820 tomou posse das Ilhas. Jewett havia chegado ao porto de Buenos Aires em 1815, a bordo de seu próprio navio, o *Invencível*. Ele ofereceu seus serviços às recém-independentes Províncias Unidas do Rio da Prata (depois Argentina), que aceitaram sua proposta e autorizaram suas atividades corsárias contra os espanhóis. Em janeiro de 1820 foi nomeado Coronel da Marinha Argentina. Ele recebeu o comando da fragata *Heroína*, atuando como corsário.

¹⁵ É um princípio de direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este. Recorreu-se a este princípio para estabelecer as fronteiras dos novos Estados independentes após a descolonização, de modo a que os novos limites correspondessem aos dos antigos territórios coloniais. O princípio foi utilizado após a retirada do Império Espanhol na América do Sul, no século XIX.

objetou a qualquer momento o domínio pelo território. Assim, após a expedição de David Jewett, em 1829, o Estado da Argentina emitiu um decreto criando o Comando Político e Militar das Ilhas Malvinas/Falkland, a fim de exercer efetivamente a soberania sobre o território e explorá-lo para fins de exploração comercial. No entanto, tais ações imediatamente causaram protestos e reivindicações pelo domínio do Arquipélago por parte do Reino Unido (CARRIL, 1986).

Anteriormente a Grã-Bretanha havia consentido a ocupação argentina, assim como a de outros países em períodos mais remotos. Contudo, em 1829, a antiga terra rochosa, perdida nos oceanos, passou a ter importância estratégica, sobretudo em função do desenvolvimento da América do Sul no cenário mundial. Dessa forma, sob argumento de descobrimento do Arquipélago, em 1833, os britânicos organizaram uma expedição militar e expulsaram à força os argentinos residentes das Ilhas Malvinas/Falkland, conquistando assim, o domínio do Arquipélago até os dias de hoje (CARRIL, 1986).

Em 2013, ocorreu um plebiscito, no qual 98,8% dos kelpers (moradores das Ilhas Malvinas/Falkland) optaram pela permanência do arquipélago como uma área dependente do Estado do Reino Unido. Por outro lado, ainda há uma intenção argentina de que as mais de 200 ilhas integrem seu território sob a alegação, inclusive, de certo desinteresse do poder britânico sobre a área em disputa (MALVINAS, 2013).

Desse modo, apesar dos mais de 180 anos de conflito e das inúmeras bandeiras impostas em seu solo, tais como: holandesa, francesa, e espanhola, atualmente, a bandeira que perdura sobre o solo do arquipélago das Malvinas/Falkland é a bandeira britânica. Mesmo com o conflito armado havido em 1982 entre Argentina e o Reino Unido e o plebiscito ocorrido em 2013, a aspiração do Estado argentino de agregação do Arquipélago a seu território ainda é notório e latente.

3.2 TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) fez surgir por todo o globo terrestre um crescente espírito de nacionalismo. Conseqüentemente, a derrocada do imperialismo britânico acabou tornando-se irrefutável, em razão de haver sido adotada, na época, uma política de descolonização, permitindo a independência de vários Estados que estavam sob o domínio britânico. Além desse fator, o Reino Unido havia remodelado sua estrutura de forças para reforçar a Organização do Tratado do Atlântico Norte¹⁶ (OTAN) na Europa e reduzir publicamente sua presença no Atlântico Sul (THORNTON, 1997).

Em 1960, o Estado Argentino defendeu e reforçou a sua posição de soberania sobre o Arquipélago das Malvinas/Falkland por meio da Resolução nº 1514 “Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais” da Assembleia Geral das Nações Unidas, com base na integralidade territorial e na expulsão dos argentinos, que ali viviam, ocorrida no ano de 1833. Nesse contexto de descolonização, em 1965, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que ambos os países deveriam acertar e negociar as suas diferenças, mas os britânicos nada fizeram para avançar no sentido de atender aos pleitos argentinos (HASTINGS e JENKINS, 1983).

Nos meados da década de 1970, as dificuldades persistentes no controle da inflação, assim como o crescimento constante do desemprego mostravam que a economia britânica estava em crise, aliada ainda às duas crises do Petróleo (1973 e 1979) no contexto da Guerra Fria (1945-1991), visto que as economias do mundo dependiam dessa fonte de energia. No entanto, a recessão global não foi a única razão para os resultados ruins do governo da Primeira

¹⁶ OTAN - é uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte, que foi assinado em 4 de abril de 1949. A organização constitui um sistema de defesa coletiva através do qual seus Estados-membros concordam com a defesa mútua em resposta a um ataque por qualquer entidade externa à organização.

Ministra Margaret Thatcher¹⁷ (1925-2013), pois havia também razões internas, sobretudo no aspecto político interno contrário ao governo de Thatcher (THORNTON, 1997).

Além disso, a forte crise econômica que se abateu sobre o Reino Unido requereu medidas de contenção de gastos públicos, dentre outras medidas. Por conseguinte, contribuiu sobremaneira para o enfraquecimento das suas Forças Armadas ao abandonar projetos militares e decidir-se por meios militares com capacidades mais modestas, além de dispensa de efetivos, desativação de parte do arsenal bélico, bem como a redução da esquadra da Marinha Real Britânica (THORNTON, 1997).

Da mesma forma, desde a década de 1970, a Argentina passava por várias crises políticas e econômicas. No início da década de 1980, o regime militar argentino estava enfrentando grandes dificuldades para se manter à frente do governo, e contestava-se o caráter e a legitimidade do poder dos militares, sobretudo pelo aspecto político e social devido às violações contra os direitos humanos, bem como pelos frequentes equívocos econômicos, o que causou uma grande crise financeira no país e a desvalorização da moeda nacional (ROMERO, 2010).

Em virtude de se sustentar no comando, o governo militar, recorreu a um apelo emocional muito forte, que poderia dar esperanças aos militares de permanecerem no poder. Essa certeza só poderia ocorrer através de uma contenda, na qual a comoção patriótica pudesse aglutinar em torno dos militares e sua representatividade, um certo respaldo social e político. Em virtude disso, a invasão das Malvinas/Falkland era uma oportunidade do governo argentino de atender a uma reivindicação antiga da sociedade e de se sustentar no poder em caso de sucesso (ROMERO, 2010).

¹⁷ Margaret Hilda Thatcher foi uma política britânica, e tornou-se a Primeira-Ministra com o maior período no cargo durante o século XX e a primeira mulher a ocupá-lo, de 1979 a 1990. Thatcher também era conhecida pela alcunha “Dama de Ferro”, pelo seu estilo de liderança e pela sua personalidade forte e determinada em solucionar os problemas políticos.

Dessa forma, para a Argentina, tornava-se essencial o planejamento de uma campanha militar de reconquista do Arquipélago das Malvinas/Falkland, nem que para isso houvesse a necessidade de entrar em um conflito armado, uma guerra, pois, em caso de recuperação definitiva das ilhas, tal vitória poderia ser suficiente para a reafirmação de sua posição interna.

Logo uma parcela importante dos gastos públicos foi direcionada para as Forças Armadas argentinas, que antes já tinham se reequipado com vistas ao conflito com o Chile, em 1978, pela disputa dos limites territoriais na região austral, e em seguida, com vistas à guerra contra o Reino Unido, em 1982 (ROMERO, 2010).

Dado o exposto, foi nesse contexto que se concebeu e se lançou o plano de recuperação das Malvinas/Falkland, que surgiu como solução para os muitos problemas do governo militar argentino no início da década de 1980.

Outrossim, Julien Freund (1995) indica um caminho para reflexão ao apresentar sua definição para conflito:

O conflito consiste em um enfrentamento por choque intencional entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam, uns em respeito aos outros, uma intenção hostil, geralmente a propósito de um direito, e que para mantê-lo, afirmá-lo ou restabelecê-lo, tratam de romper a resistência do oponente eventualmente com o recurso da violência, que pode até tender ao aniquilamento físico do outro (FREUND, 1995, p. 58, tradução nossa)¹⁸.

3.3 INÍCIO DA GUERRA DAS MALVINAS/FALKLAND

Segundo Romero (2010), a convicção que os argentinos tinham no apoio dos Estados Unidos da América (EUA) em caso de conflito, sobretudo, em virtude de a Argentina

¹⁸ *El conflicto consiste en un enfrentamiento por choque intencionado, entre dos seres o grupos de la misma especie que manifiestan, los unos respecto a los otros, una intención hostil, en general a propósito de un derecho, y que para mantener, afirmar o reestablecer el derecho, tratan de romper la resistencia del otro eventualmente por el recurso a la violencia, la que puede, llegado el caso, tender al aniquilamento físico del otro.*

se posicionar a favor dos EUA no contexto da Guerra Fria e de ser seu parceiro no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca¹⁹ (TIAR), acrescido da certeza de que o Reino Unido não seria resistente à ocupação das Malvinas/Falkland, levaram o Estado argentino e, por conseguinte, as Forças Armadas argentinas a colocarem em prática a operação militar, denominada Operação Rosário, desembarcando e ocupando o arquipélago, após superarem a fraca resistência das tropas britânicas, no dia 02 de abril de 1982.

A argentina acreditou que, em função da diminuição dos investimentos públicos britânicos em suas Forças Armadas, acrescido à grande distância entre o território a ser reconquistado e o Reino Unido, não haveria reação militar por parte dos britânicos em um conflito armado.

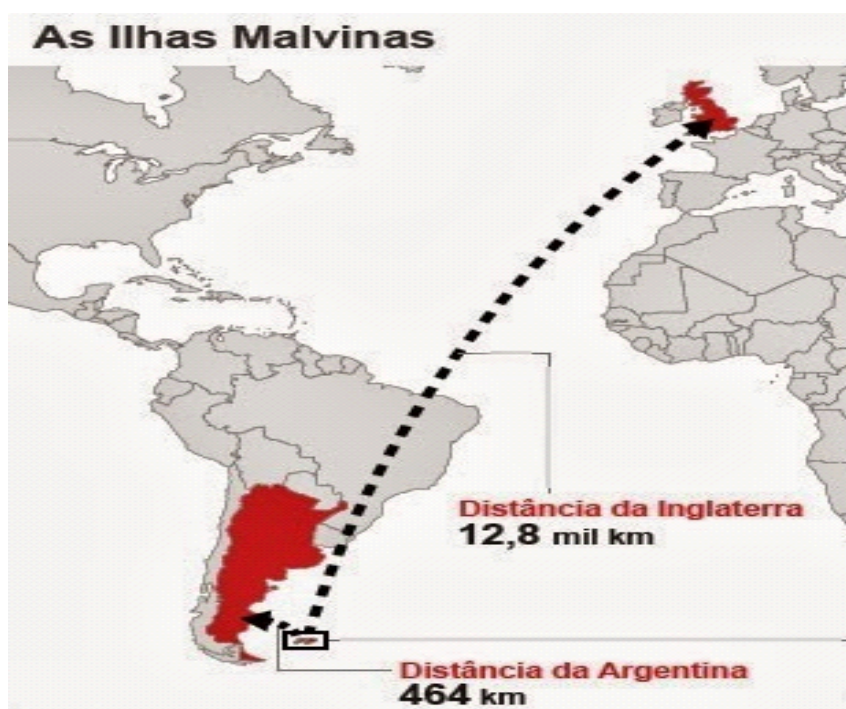


FIGURA 1 - Distâncias entre os dois Estados beligerantes envolvidos no conflito das Malvinas/Falkland

Fonte: G1, 2012.

¹⁹ Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, também conhecido pela sigla TIAR, é um tratado de defesa mútua entre diversos países americanos. O princípio central do acordo é que um ataque contra um dos membros será considerado como um ataque contra todos. O tratado está em vigor desde 1948.

Contudo, a pedido do Reino Unido, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), de cujo o próprio Reino Unido é membro permanente, votou em uma resolução declarando a Argentina como um Estado agressor e forçando a cessação das hostilidades e a retirada das tropas argentinas do Arquipélago (VIDIGAL, 1985).

No entanto, os argentinos não recuaram da sua posição e se recusaram a negociar a soberania do Arquipélago. Dessa forma, em virtude dos fracassos diplomáticos, o Reino Unido acelera a mobilização de suas Forças Armadas para lutar pela reconquista das Ilhas Malvinas/Falkland, conforme está descrito na seção seguinte (VIDIGAL, 1984).

Durante a crise entre o Reino Unido e a Argentina, os EUA tentaram encontrar uma solução pacífica para o conflito. No entanto, após o ataque das tropas britânicas, os EUA abandonaram a sua mediação, e levaram em consideração a antiga parceria política que mantinham com o Reino Unido. Dessa forma, o senado estadunidense votou por sanções econômicas contra a Argentina, assim como a Comunidade Econômica Europeia (CEE) (1958-1993) passou a apoiar logisticamente o Reino Unido e a embargar as exportações à Argentina, incluindo a entrega de armas²⁰ (THORNTON, 1997).

Considerando-se que a política internacional é essencialmente conflituosa, o Reino Unido, ao perceber o crescimento do poder argentino na região, tratou de resguardar seus interesses, e iniciou um plano de mobilização de suas tropas para o Atlântico Sul.

3.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Em virtude do que foi apresentado, o Estado argentino, ao viver uma crise política, econômica e social de proporções imprevisíveis, avaliou que a retomada das Malvinas/Falkland

²⁰ Em decorrência do embargo econômico europeu, a Argentina teve como disponibilidade apenas cinco Mísseis Ar-Superfície (MAS) *Exocet* para emprego pelas aeronaves *Super Etendard* (CAMPOS, 2011, p. 58).

aproximaria o povo argentino do governo militar, em torno de um objetivo comum, e daria uma base sólida para a superação dos problemas que se acumulavam, mediante a tentativa da conquista do anseio argentino que persistia desde o século XIX.

Além disso, o enfraquecimento do poderio militar e a política de descolonização britânica, despertou na Argentina, cujo poder militar estava fortalecido, a falsa esperança de recuperar o controle e a soberania do Arquipélago das Malvinas/Falkland.

Ademais, as alianças políticas do Reino Unido junto aos principais atores do sistema internacional foram muito fortes e influenciaram sobremaneira o transcurso e o resultado da Guerra, mesmo os britânicos estando em desvantagem à Argentina, em relação à localização geográfica do Teatro de Operações.

A forte relação política que os EUA mantinham com o Reino Unido, além do fato de o Reino Unido pertencer à OTAN, foi preponderante na escolha de suas ações pelo lado britânico, decepcionando de certa forma os argentinos que eram aliados dos EUA em sua posição perante o anticomunismo, além da parceria no TIAR.

Além disso, outro aspecto relevante oriundo da aliança política foram as medidas coercitivas adotadas pela CEE, a fim de estrangular economicamente a Argentina. Medidas como o congelamento de ativos financeiros até o bloqueio comercial, sobretudo o embargo de vendas de armas, tiveram influência significativa no desenvolvimento do conflito armado entre os dois Estados. Esse assunto será abordado no próximo capítulo.

Além de tudo, de maneira equivocada, os argentinos acreditaram que o Reino Unido se limitaria apenas a uma ação diplomática, não levando em consideração o passado de potência colonizadora do Reino Unido, assim como o orgulho britânico.

Na seção seguinte, serão analisadas a mobilização do Reino Unido para a entrada na guerra das Malvinas/Falkland, o emprego do bloqueio e das operações anfíbias, assim como alguns episódios importantes que ocorreram durante o conflito.

4 GUERRA DAS MALVINAS/ FALKLAND

Esta seção se dispõe a apresentar o esforço de guerra dos britânicos ao entrar em um conflito armado, mesmo enfrentando as inúmeras dificuldades financeiras e logísticas na época, conforme foi abordado no capítulo anterior, sobretudo, ao atuar em um Teatro de Operações tão distante de suas bases. Além disso, será visto o desenvolvimento da guerra pelo lado britânico, citando e analisando algumas de suas estratégias e ações. Para tanto, organizaremos o capítulo em quatro seções. A primeira descreverá de forma sucinta a reação britânica que levou as Forças Armadas até o TO; a segunda abordará a efetivação da Zona de Exclusão Total (ZET), baseada na teoria de Corbett, e as suas dificuldades em mantê-la; na terceira seção, será citada a vitória britânica sobre as tropas argentinas com o emprego das Operações Anfíbias, também baseada na teoria de Corbett; e na quarta seção, serão apresentadas as conclusões parciais.

4.1 REAÇÃO BRITÂNICA

Durante a movimentação das duas Forças Tarefas (FT)²¹ argentinas ao Arquipélago das Malvinas/Falkland, informações oriundas da embaixada britânica na Argentina eram tramitadas para o Reino Unido com observações sobre a intensa atividade nas bases navais da Argentina e a intenção do Estado argentino com relação a invasão do Arquipélago (VIDIGAL, 1985).

²¹ “Grupamento temporário de forças, de valor unidade ou subunidade, sob comando único, formado com o propósito de executar uma operação ou missão específica, que exija a utilização de uma forma peculiar de combate em proporções adequadas” (MD30-M-01, 2011, p. 125).

Na semana que antecedeu a invasão da Argentina nas ilhas Malvinas/Falkland, os eventos que se sucederam pareciam ser inevitáveis para a eclosão de um conflito. Em Londres, políticos e autoridades pareciam ter ficado perplexos e hesitantes quando a crise se aproximava deles. Apenas uma instituição avaliou e analisou o desenrolar dos acontecimentos no Atlântico Sul, a Marinha Real Britânica (HASTINGS, 1983).

Assim que chegaram ao Reino Unido as notícias das reais intenções de invasão das Malvinas/Falkland pelos argentinos, a Primeira Ministra Margaret Thatcher declarou que o Arquipélago seria reconquistado e anunciou a formação de uma FT com esse propósito, mesmo após o corte de grande parte dos recursos financeiros destinados às forças armadas, conforme foi apresentada na seção anterior, desencadeando a Operação *Corporate* (VIDIGAL, 1984).

Em primeiro de abril, o Reino Unido enviou o submarino nuclear *Splendid*, um dia antes da invasão argentina, e o submarino nuclear *Conqueror* três dias depois, ambos partiram de *Faslane*, na Escócia. Os dois submarinos mantiveram uma notável velocidade média de 23 nós na travessia para o Atlântico Sul (HASTINGS, 1983).

Durante o planejamento britânico, vislumbrou-se a necessidade de se utilizar uma posição estratégica²² por parte do Reino Unido, para amenizar a dificuldade de operar tão distante de suas bases. Dessa forma, após entendimentos entre os EUA e o Reino Unido, a Ilha de Ascensão²³ passa a ser usada como base avançada pelas Forças Armadas britânicas (VIDIGAL, 1985). A Ilha de Ascensão fica localizada no Atlântico Sul e foi de grande valor estratégico militar para dar suporte logístico as operações militares britânicas (WOODWARD e ROBINSON, 1992).

No dia 5 de abril, vários navios da Marinha Real Britânica começam a desatracar dos principais portos e bases navais britânicas rumo ao Atlântico Sul. Neste mesmo dia, os

²² É uma área geográfica cuja localização e conformação permite que a força naval que nela se apoia possa se projetar sobre os objetivos estratégicos.

²³ “A Ilha de Ascensão, que estava arrendada aos Estados Unidos pela Grã-Bretanha, começa a ser usada como base avançada pelos britânicos” (VIDIGAL, 1985, p. 15).

navios-aeródromos *Hermes* e *Invencible*, com vinte jatos *Sea Harrier*; sendo 12 no *Hermes* e 8 no *Invencible*, desatracam de Portsmouth, no Reino Unido, com destino à Ilha da Ascensão, liderando a FT. Os navios de Apoio da *Royal Fleet Auxiliary* (RFA) (em português, Esquadra Real Auxiliar) também foram enviados, totalizando 22 unidades até o fim da campanha (GALANTE, 2012).

No dia seguinte, o governo britânico inicia o processo de afretamento e requisição de navios mercantes, com os mais variados empregos, que foram incorporados a grupos operativos. Esse processo de emprego de navios mercantes em apoio à Marinha Real Britânica é conhecido por *Ships Taken Up From Trade* (em português, navios pegos do comércio) (VIDIGAL, 1985).

Desses navios mercantes, destaca-se o emprego dos navios *Queen Elizabeth II* e *Camberra*, os quais foram adaptados para o transporte de tropas, além do navio *Uganda* que foi modificado para atuar como navio hospitalar e navios-tanque que foram empregados para abastecer os navios da FT do Reino Unido (GALANTE, 2012).

Além de tudo, a FT britânica ao partir do Reino Unido possuía a bordo dos seus navios o total de 54 helicópteros, sendo eles: *Sea King*, *Wessex*, *Wasp* e *Gazelle*. Ademais, dois aviões de patrulha marítima *Nimrod*, se deslocaram para a base de Widewake, na Ilha de Ascensão, além de 20 aviões *Sea Harrier* e *Harrier GR3*, ambos da RAF. Inclusive, posteriormente foram preparados pilotos para operarem os aviões *Vulcan* da RAF, e que foram empregados, a partir de Assunção, com várias bombas para ataques nas pistas do aeródromo de Puerto Argentino/Port Stanley, assim como aviões-tanque para a realização de reabastecimento, em voo, desses aviões (VIDIGAL, 1985).

Por parte da Argentina, não existia um plano para a defesa das Malvinas/Falkland, no caso de o Reino Unido decidir por recuperá-las a força. O plano de defesa só foi emitido em 12 de abril, dez dias depois da ocupação argentina nas ilhas. Dessa forma, o Reino Unido iniciou

a recuperação das ilhas antes que a Argentina pudesse prever como defender o Arquipélago (RATTENBACH, 1982). Além disso, não foi ampliada a pista de pouso do maior aeroporto das Malvinas/Falkland, localizado em Puerto Argentino/Porto Stanley, que proporcionaria o pouso de caças a jato, limitando em muito a capacidade de ataque desses aviões, pois foram empregados no limite dos seus raios de ação (GALANTE, 2012).

A partir da chegada da FT britânica à Ilha de Ascensão somada à declaração do bloqueio, a qual foi denominada de zona de exclusão, e a notícia de que submarinos nucleares da Marinha Real Britânica encontravam-se operando na costa do Estado argentino, tornaram-se cada vez mais debilitadas as ligações marítimas entre o continente argentino e os territórios insulares ocupados.

4.2 ESTABELECIMENTO DE UMA ZONA DE EXCLUSÃO

No dia 12 de abril, a Zona de Exclusão Marítima (ZEM), de 200 milhas em torno do Arquipélago em disputa, passa a vigorar e estabelece que qualquer embarcação militar argentina poderia ser atacada sem aviso prévio, quando no interior dessa zona, com o objetivo de impedir que os argentinos reforçassem as suas posições nas ilhas (HASTINGS e JENKINS, 1983). O Reino Unido anuncia a presença de quatro submarinos nucleares na área do bloqueio, antes da chegada da FT, no entanto, havia dúvidas sobre a veracidade desta informação (VIDIGAL, 1985).

No dia 01 de maio, o Reino Unido declara a Zona de Exclusão Total (ZET) com a mesma área da ZEM. Na ZET, o ataque não se aplica somente às forças armadas argentinas, mas a qualquer aeronave ou navio que seja empregado em apoio aos militares argentinos nas Ilhas. Essa medida se deu muito em função de embarcações civis, do tipo pesqueiro, que abasteceram as tropas argentinas no Arquipélago (HASTINGS e JENKINS, 1983).

Assim, por decisões políticas, foi estabelecido um bloqueio somente em torno do Arquipélago das Malvinas/Falkland. Dessa forma, preservou-se o território continental do Estado argentino, para que a opinião pública ficasse a favor do Reino Unido e entendesse que a reação britânica seria apenas para retomar o território que foi invadido.

Os efeitos resultantes do bloqueio total nas Ilhas por parte do Reino Unido caracterizaram a situação e o empenho das forças terrestres argentinas posicionadas no Arquipélago. Foram afetadas decisivamente as possibilidades do seu adequado reforço, a manutenção da sua capacidade de deslocamento e as ações táticas de combate frente ao inimigo. O transporte e o abastecimento desde o continente até as Ilhas foram quase totalmente limitado, impondo sérias restrições logísticas que afetaram o poder de combate argentino, apesar do esforço árduo que a manutenção do transporte aéreo significou (RATTENBACH, 1982).

O plano inicial do Almirante Woodward, Comandante da FT britânica, era realizar uma grande demonstração de força dentro da zona de exclusão, a fim de fazer os argentinos acreditarem que o desembarque no Arquipélago das Malvinas/Falkland estava prestes a ocorrer e, assim, provocar uma reação que lhe permitisse conduzir operações em que desgastassem²⁴ o inimigo e, por conseguinte, descobrir se a Argentina tinha um plano defensivo coerente (THORNTON, 1997).

Embora a ZET estivesse atrelada as leis internacionais, com ameaça do navio *General Belgrano* e seus escoltas em rumo de aproximação de sua entrada, veio a ordem de Londres para que o submarino nuclear britânico *Conqueror* perseguisse e atacasse o navio *General Belgrano*. O submarino *Conqueror* perseguiu, atacou e afundou o navio *General Belgrano*, fora da ZET, evadindo-se em seguida (WOODWARD e ROBINSON, 1992).

Após o ataque e afundamento do navio *General Belgrano*, ocorrido no dia 02 de maio, a esquadra argentina permaneceu atracada em suas bases, não mais saindo dos limites do

²⁴ “Enfraquecimento gradual das forças do adversário, por meio de numerosas e bem sucedidas operações”. (MD-35-G-01, 2015, p. 81).

seu mar territorial, evitando assim novos ataques de submarinos da FT britânica (BALLANCE, 1982).

Com o recolhimento das forças navais de superfície argentinas, a estratégia da Argentina sofreu uma drástica alteração, em virtude da necessidade de emprego da aviação de ataque, em uma grande extensão de mar compreendida entre a costa e os limites do alcance da aviação (CAMINHA, 1988).

Outrossim, após o ataque do navio *General Belgrano* pelo submarino nuclear britânico, a Argentina passou a adotar a Esquadra em Potência²⁵ como concepção estratégica.

No dia 04 de maio, os argentinos contra-atacaram e afundaram o HMS *Sheffield* com o emprego de uma aeronave *Super Etendard*, da Força Aeronaval argentina, por meio do lançamento do míssil *EXOCET* AM-39, ar-superfície, em virtude de uma falha britânica no controle de transmissão de informações e dados utilizados na administração das operações aéreas (BALLANCE, 1982).

No dia 07 de maio, o Reino Unido estende a zona de exclusão até 12 milhas náuticas da costa argentina (HASTINGS e JENKINS, 1983).

Para agravar a situação britânica, no dia 08 de maio, o Almirante Woodward, Comandante da FT britânica, recebeu o relatório de situação dos meios militares e constatou que muitos navios estavam com diversos problemas de ordem material, como radar, máquinas, radar de direção de tiro, além de algumas aeronaves parcial ou totalmente avariadas. Ele sabia que se não alterasse aquela situação, perderia a guerra.

Além disso, o ataque ao HMS *Sheffield* havia sido um ponto de inflexão no conflito, possibilitando o reconhecimento pela ineficácia e a fragilidade britânica perante a coordenação

²⁵ “Esquadra ou força que evita uma ação decisiva, em razão da própria força e de sua localização, o que faz provocar ou requerer concentração, por parte do adversário, e, com isso, reduz o quantitativo de unidades oponentes disponíveis para realizarem operações em outros locais.” (MD-35-G-01, 2015, p. 95).

espaço aéreo no TO²⁶. Esse ataque foi uma dura realidade vivenciada pelo Almirante Woodward ao ver vários de seus homens gravemente feridos, que estavam sendo tratados na enfermaria do navio-aeródromo *Hermes* (WOODWARD e ROBINSON, 1992).

Ademais, agora era percebido como a FT do Reino Unido estava vulnerável perante a Força Aérea Argentina. No entanto, politicamente era impensável que o governo britânico considerasse abandonar as operações no Atlântico Sul. A demonstração de força realizada pelo bloqueio no Arquipélago, somado ao afundamento do navio *General Belgrano* não conseguiu garantir uma retirada argentina das ilhas (HASTINGS, 1983).

Entretanto, as dificuldades encontradas pelo Reino Unido no decorrer da guerra poderiam ter sido maiores, caso não houvesse o embargo econômico aplicado pela Comunidade Econômica Européia à Argentina, sobretudo ao não fornecimento de mísseis *Exocet* e a quebra do suporte técnico às aeronaves *Super Etendard*, que tinham sido adquiridas recentemente pela Argentina (WEST, 1997).

No dia 20 de maio, o Comandante da FT britânica recebeu a ordem do Comandante em Chefe da esquadra para desembarcar as tropas com o objetivo de recuperar as Ilhas Malvinas/Falkland, e todo o planejamento seria centrado ao redor das operações anfíbias, sendo descartado o estrangulamento da Argentina pelo bloqueio por dois motivos: não possuir meios para isolar o Arquipélago e principalmente pelo fato de não poderem permanecer no mar o tempo suficiente para fazer os argentinos se renderem por fome, sobretudo pela proximidade do inverno (WOODWARD e ROBINSON, 1992).

O bloqueio não estava sendo completamente eficaz, pois as linhas de comunicações marítimas não estavam sendo completamente cortadas, pois suprimentos ainda chegavam para os argentinos, ora por embarcações não militares, ora por aviões.

²⁶ “Conjunto de atividades integradas de vigilância, identificação e classificação de todos os movimentos no espaço aéreo do teatro de operações, destinadas a levantar, estabelecer e avaliar continuamente a situação operacional das áreas e, também, fazer o desconfito das aeronaves amigas e compilar o quadro tático da operação”. (MD-35-G-01, 2015, p. 70).

Destarte, o Reino Unido estava muito preocupado com a aproximação do inverno, que iria prejudicar consideravelmente as operações militares da FT britânica, em função da degradação climatológica do TO, e os militares se apressaram em efetivar o mais rápido possível as operações anfíbias após a autorização da execução da OpAnf.

4.3 OPERAÇÕES ANFÍBIAS

O local escolhido para o Assalto Anfíbio²⁷ foi a baía de San Carlos/Falkland Sound, a leste das Malvinas/Falkland, onde seria mais protegido contra ataques de aeronaves argentinas, acrescido do fato de não haver campo minado defensivo, além de propiciar boas posições para os mísseis *Rapiers* terra-ar (MARTINS, 1984).

A surpresa foi alcançada pelos britânicos, que haviam persuadido sua mídia a dar a impressão geral de que ocorreriam três tipos de ações, que estavam sendo consideradas pelo comandante da FT. Tais operações seriam: iniciar um assalto anfíbio em Puerto Argentino/Port Stanley; realizar ataques para desgastar as tropas argentinas e destruir o moral dos defensores; ou apenas apertar o bloqueio naval para privar os argentinos de receberem comida e então forçarem a rendição (BALLANCE, 1982).

No dia 20 de maio, ocorreram diversas demonstrações anfíbias²⁸ por tropas britânicas e com bombardeio naval, com o propósito de obter informações e de confundir as tropas argentinas, a fim de contribuir para que o desembarque final tivesse a garantia da surpresa tática, tendo o mínimo de oposição no assalto anfíbio (VIDIGAL, 1984).

²⁷ “Modalidade mais completa de *operação anfíbia*, que se refere a um ataque lançado do mar para, mediante desembarque, estabelecer uma *Força de Desembarque* em terra.” (DMN, 2017, p. A-4).

²⁸ “Modalidade que compreende a aproximação ao território inimigo por forças navais, inclusive com meios que caracterizam uma *operação anfíbia*, sem o efetivo desembarque de tropas”. (DMN, 2017, p. A-10).

No dia 21 de maio, iniciou o desembarque noturno na Baía de San Carlos/Falkland Sound, na parte Leste do Arquipélago, cerca de 50 milhas a oeste de Puerto Argentino/Port Stanley. As tropas iniciaram o movimento navio-terra, partindo do navio de passageiros *Camberra* e dos navios anfíbios, tipo doca, em embarcações de desembarque, sob cobertura de fogo naval (VIDIGAL,1984).

O desembarque ocorreu em quatro praias no lado Norte da Baía de San Carlos/Falkland Sound (FIG 2). As tropas de assalto eram compostas por militares da 3ª Brigada de Comando de Fuzileiros Navais e dos 2º e 3º Batalhões do Regimento de pára-quedistas (BALLANCE, 1982).



FIGURA 2 – Arquipélago das Malvinas/Falkland

Fonte: BBC, 2002.

Notadamente, de acordo com a teoria de Corbett, verificou-se a integração e a coordenação entre as forças armadas britânicas em prol de um objetivo maior, de maneira que a relação entre todos os envolvidos pudesse gerar um efeito sinérgico.

As tropas britânicas desembarcaram em San Carlos/Falkland Sound, com a única oposição de uma seção de atiradores reforçada com algumas armas de apoio do Exército, que lutou até que se esgotasse a munição, recuando e terminando a odisséia em Darwin, onde tropas argentinas foram feitas prisioneiras com outras tropas do regimento de infantaria do Exército e da Força Aérea, depois de uma sangrenta luta (ROBACIO, 1982).

No mar, a Força Naval britânica que estava envolvida na OpAnf sentiu todo o peso do poder aéreo argentino, assim que amanheceu o dia. Nos quatro dias seguintes foi travado um confronto direto entre britânicos e argentinos. A Força Aérea da Argentina efetuou repetidos ataques contra os navios britânicos que estavam nas proximidades do Estreito de San Carlos/Falkland Sound, ocasionando a perda de alguns navios do Reino Unido. No entanto, os limitados meios aéreos argentinos exauriram-se perante a resistência britânica, e em algumas horas, a cabeça de praia²⁹ foi estabelecida de maneira sólida na principal ilha do Arquipélago, a cerca de 50 milhas de Puerto Argentino/Port Stanley (CAMINHA, 1988).

Vários navios de combate e de apoio logístico foram atingidos por bombas lançadas pelos pilotos de A-4 *Skyhawk* argentinos, que concentravam os ataques em fragatas e contratorpedeiros, mas não nos navios de desembarque de tropa (VIDIGAL, 1984).

Após uma semana, os britânicos ampliaram a sua cabeça de praia, sofrendo pouca interferência da Força Aérea argentina, já desgastada pelos sucessivos combates e perdas sofridas. Com relação à resistência em terra das forças argentinas, pouco foi feito para impedir o avanço terrestre do Reino Unido. Logo após o restabelecimento dos meios necessários na

²⁹ “Área terrestre selecionada do litoral inimigo que contém os objetivos da Força-Tarefa Anfíbia e da Força de Desembarque e que, quando conquistada e mantida, assegura o desembarque contínuo de tropa e material, proporcionando espaço de manobra para operações em terra”. (DMN, 2017, p. A-5).

Malvina Oriental, forças britânicas iniciaram as ofensivas na direção leste. Os soldados argentinos menos equipados e adestrados retraíram para Puerto Argentino/Port Stanley. Os britânicos se utilizaram da superioridade naval para imprimir maior força às operações em terra e o emprego dos helicópteros deu um dinamismo muito grande às Operações Anfíbias (CAMINHA, 1988).

Os britânicos eliminaram uma possível ameaça a sua retaguarda ou ao seu flanco ao tomar Darwin e avançaram empregando seus helicópteros. Asseguraram com tropas especiais o Monte Kent, ponto chave da ilha. Após isso, continuaram o avanço até Puerto Argentino/Porto Stanley e o primeiro ataque ocorreu nos dias 10 e 11 de junho, com a Brigada de Fuzileiros Navais reforçada por um Batalhão de Paraquedistas, e em seguida nos dias 12 e 13 de junho com a Brigada Aerotransportada, apoiados pela Brigada de Infantaria da Marinha e por um intenso apoio de fogo naval e ataques aéreos. A carência de meios de mobilidade e um dispositivo completamente estático fizeram os argentinos enfrentarem as tropas britânicas altamente móveis, que concentraram suas forças com profissionalismo e eficácia, avançando por partes, apesar do empenho das tropas argentinas em proteger as suas posições. Em Puerto Argentino/Porto Stanley, ocorreram perdas consideráveis para ambos os contendores, mas a superioridade militar britânica era incontestável e, às 23h 59min (Z)³⁰ de 14 de junho, foi assinado o termo de rendição. (ROBACIO, 1982).

Nessa guerra, foram aplicados vários princípios clássicos do Poder Marítimo, sobretudo pelo Reino Unido, além de estratégias tradicionais como desgaste, bloqueio e projeção de poder sobre terra (OLIVEIRA et al, 1982).

As estratégias do bloqueio e projeção de poder sobre terra, na Guerra das Malvinas/Falkland, estavam sequenciadas e, de acordo com as teorias de Corbett, traziam ainda a componente mercante flexibilizando ainda mais o Poder Naval.

³⁰ A letra “Z” identifica o meridiano zero grau (0°) também conhecido por Meridiano de Greenwich e utilizado como referência de hora padrão nos meios náuticos e aeronáuticos (ANTAS, 1979, p.39).

4.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

O Reino Unido demonstrou uma rápida reação, com ações coordenadas, sequenciadas e com simultaneidade nos diferentes níveis. Os britânicos superaram a grande desvantagem que tinham em relação ao fator espaço, devido principalmente, ao apoio que recebeu dos EUA para utilizar as instalações da Ilha de Ascensão e ao emprego dos submarinos nucleares na região, além dos dois Navios-aeródromo. Como exemplo de um grande feito realizado pelos britânicos, podemos citar os bombardeios realizados pelos aviões *Vulcan*, o que demandava um planejamento detalhado, em virtude da distância envolvida.

A partir de 12 de abril, com o estabelecimento da Zona de Exclusão Marítima ao redor das ilhas e devido à presença efetiva de submarinos nucleares britânicos, a Argentina passou a enfrentar o problema de logística para o envio de equipamentos e suprimentos para o elevado efetivo de militares estabelecido nas Malvinas/Falkland, além de passar a enfrentar o problema com o moral desses militares. Nesse caso, o objetivo do Reino Unido é atingido ao isolar o Arquipélago do inimigo, aplicando o conceito de bloqueio estreito de Corbett, ao conseguir o domínio local e temporário da área marítima específica.

Após a implantação da ZEM, os argentinos passaram a empregar meios aéreos inadequados e navios pesqueiros para o transporte logístico do Continente para o Arquipélago, quando o ideal era empregar os meios navais militares, que seriam adequados para transportar a artilharia pesada, veículos, helicópteros, pessoal, entre outros, para prejudicar o desempenho das tropas argentinas na disputa. Em virtude do emprego de meios civis argentinos para o abastecimento do Arquipélago, o Reino Unido restringiu mais ainda o acesso às Ilhas, estabelecendo a ZET.

Em virtude da obtenção do domínio do mar pelo Reino Unido, através da estratégia corbetteana de bloqueio, a principal arma da Argentina foi a aviação de ataque baseada no

continente, que operava no limite do seu raio de alcance. Uma forma de superar essa limitação era a de aumentar a pista de Puerto Argentino/Porto Stanley, porém tal melhoria não foi realizada. Outro fator limitador foi o número de mísseis *Exocet* ar-superfície disponíveis para emprego pelas aeronaves *Super Etendard*, em virtude do embargo da Comunidade Econômica Europeia, dificultando as ações argentinas na guerra.

A projeção de poder, citada por Corbett, foi empregada pelo Reino Unido, cuja capacidade propiciava a utilização e coordenação dos seus meios, de maneira integrada, através das operações anfíbias, a partir do mar e projetando o poder sobre terra, dentro de uma estratégia geral.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa se propôs a responder a seguinte questão: O Assalto Anfíbio foi importante para a vitória britânica? Foi decisivo?

Os erros políticos e estratégicos foram determinantes para a derrota argentina, pois o desencadeamento de uma Operação sustentada em hipóteses, tais como, os EUA se manterão neutros e o Reino Unido não enviará uma FT tão distante de seu território, resolvendo a crise no campo diplomático, custou inúmeras vidas. Ademais, nenhuma hipótese se concretizou e não havia um Plano Contingente. No concernente ao nível operacional, as tropas com adestramento incipiente e com um planejamento que não privilegiava as ações dinâmicas de defesa foram fatores que degradaram a defesa do Arquipélago. A ameaça submarina nuclear britânica foi decisiva diante disso, a Esquadra recolheu-se ao porto, passando a atuar como Esquadra em Potência, cedendo o domínio do mar para os britânicos.

A importância do planejamento se torna evidente não só quando se notam os bons efeitos, mas também, quando a sua falta se faz sentir, trazendo ao insucesso, como foi o exemplo da Argentina, que não tinha nenhum plano no caso de uma reação militar por parte dos britânicos. Contudo é indispensável uma avaliação estratégica correta dos fatores envolvidos, como uma condição que deve existir previamente para que haja um planejamento eficaz.

Além disso, é importante salientar a influência política do Reino Unido no sistema internacional, em que alguns dos principais atores da época se manifestaram a favor do Reino Unido, como os EUA, a ONU e a CCE, propiciando facilidades para o lado britânico e dificuldades para o lado argentino.

Nesta guerra, inevitavelmente, ligada ao uso do mar, os dois contendores buscaram conseguir o domínio do mar, prevalecendo a estratégia britânica e a sua demonstração de projeção de Poder Naval sobre as Ilhas em disputa.

Sob o enfoque estratégico, para as forças armadas britânicas, sobretudo a Marinha Real, os riscos assumidos para projetar poder sobre terra eram enormes, pois se tratava de trazer de suas bases afastadas, através de uma enorme extensão oceânica, uma força de desembarque que ficaria situada ao alcance do poder aéreo inimigo e ter que ser apoiada tática e logisticamente por uma força de superfície, numa área ao alcance da Força Aérea inimiga baseada em terra.

A estratégia naval de Corbett previa ações coordenadas entre as forças armadas, e não pretendia constituir-se em algo isolado da estratégia geral. Serviu de base para a estratégia geral utilizada pelo Reino Unido na guerra das Malvinas/Falkland, sobretudo em função da distância do TO das suas bases, com a necessidade de uso, principalmente, dos meios aéreos e navais.

O domínio do mar se deu à luz da teoria de Corbett, de forma estratégica, ao estabelecer uma zona de exclusão centrada no Arquipélago das Malvinas/Falkland. Para isso, o Reino Unido se utilizou da forma de bloqueio estreito, tendo como propósito predominante, impedir que a esquadra argentina atuasse nas Malvinas/Falkland, com a finalidade de abastecer as Ilhas com suprimentos e tropas, reforçando assim a defesa do Arquipélago. Essa forma de bloqueio estreito citada por Corbett esteve alinhada com a operação de bloqueio utilizada pela Doutrina Militar Naval do Brasil.

Na impossibilidade de se manter por mais tempo o bloqueio na Zona de Exclusão, em função das inúmeras avarias e desgastes dos meios, assim como a fadiga e o moral da tropa, pelo fato de estar tanto tempo operando no mar, sob condições adversas e de estresse, acrescido ainda da proximidade do inverno, que iria degradar em muito as condições climáticas no TO, o Reino Unido se viu obrigado a mudar sua estratégia, ao projetar poder sobre terra, por meio de um Assalto Anfíbio, e finalizar de uma vez o conflito armado entre os dois Estados.

Dessa forma, como conclusão deste estudo, o Assalto Anfíbio foi importante para a antecipação da vitória britânica, assim como decisivo para o resultado da guerra, porque, do contrário, pela incapacidade do Reino Unido sustentar o bloqueio por mais tempo, a guerra poderia tomar outros rumos.

REFERÊNCIAS

- ANTAS, L.M. *Glossário de termos técnicos*. São Paulo: Traço, 1979. 756p.
- ARGENTINA. Comisión Rattenbach. *Informe Rattenbach: El drama de Malvinas*. Buenos Aires: Ediciones Espartaco, 1988. 318p. Disponível em: <<https://www.casarosada.gov.ar/pdf/InformeRattenbach/01-InformeFinal.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2018.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. *EMA-305: Doutrina Militar Naval*. Brasília, 2017.119p.
- _____. Ministério da Defesa. *MD30-M-01: Doutrina de Operações Conjuntas*. Brasília, 2011.128p. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md30_m_01_vol_ume_1.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- _____. _____. *MD-35-G-01: Glossário das Forças Armadas*. 5. ed. Brasília. 2015. 288p. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35_g_01_glossario_ffaa_5_ed_2015.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- BALLANCE, E. The San Carlos Landing. *Marine Corps Gazette*, Quantico, vol. 66, nr10. P. 31-39, Out. 1982
- CAMINHA, J. C. G. *Delineamentos de Estratégia*. Rio de Janeiro: SDGM, 1980. 598p.
- _____. A Guerra das Malvinas: conjecturas e considerações estratégicas. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v.108, n. 10/12, p.47-60, Out/Dez. 1988.
- CARRIL, B. *La cuestion de las Malvinas*. Buenos Aires: Hyspamérica Ediciones Argentina, 1986. 186p.
- CORBETT, J. S. *Algunos Principios de Estrategia Maritima*, Nueva Edicion, Buenos Aires: Escuela de Guerra Naval, 1936. 334p.
- _____. *Some Principles of Maritime Strategy*. London: Longmans, Green and Co, 1911, 310p.
- COUTAU-BÉGARIE, H. *Tratado de Estratégia*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico da Marinha, 2010. 410p.
- CAMPOS, Márcio Teixeira de. *A Guerra das Falklands / Malvinas e suas repercussões no Exército Brasileiro*. 2011. 246f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2011.
- FREUND, J. *Sociología del conflicto*. Madrid: Ediciones Ejército, 1995.310p.

GALANTE, A. 30 anos da Guerra das Malvinas. *Revista Passadiço*, Niterói, n. 32, p.36-43, 2012.

HASTINGS, M.; JENKINS, S. *The Battle for the Falklands*. London: Michael Joseph, 1983. 385p.

G1. Entenda a Guerra das Malvinas. *G1*, São Paulo, 02 abr. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/04/entenda-guerra-das-malvinas.html>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

_____. Malvinas aprovam domínio britânico. *G1*, São Paulo, 11 mar. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/03/malvinas-aprovam-dominio-britanico.html>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

MARTINS, U. B. L. A guerra das Malvinas: um ponto de vista anfíbio. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v.105, n. 10/11/12, p.47-62, Out/Dez. 1984.

MONTEIRO, N.S. Sir Julian Stafford Corbett, o Clausewitz da Estratégia Marítima. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v.131, n. 10/12, p.136-153, Out/Dez. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. Resolução 1514, de 14 de dezembro de 1960. Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais. Nova Iorque, 1960. Disponível em: <<http://www.un.org/en/decolonization/declaration.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

ROBACIO, C. H. El Batallon de Infantaria de Marina en las Malvinas. *Revista Desembarco*, Buenos Aires, n. 31 Buenos Aires, p.07-12. 1982.

ROMERO, L. A. *Breve historia contemporânea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2010. 336p.

THORNTON, R. C. *The Falklands Sting: Reagan, Thatcher and Argentina's Bomb*. Washington: Brassey's, 1998. 291p.

VIDIGAL, A. A. F. Conflito no Atlântico Sul. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v.104, n. 10/12, p.3-29, Out/Dez. 1984.

_____. *Conflito no Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1985. 137p.

WEST, N. *La guerra secreta por las Malvinas: los exocets y el espionaje internacional. Lo que nunca se contó*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1997. 259pg

WOODWARD, S; ROBINSON, P. *Los cien días: las memorias del comandante de la flota británica durante la Guerra de Malvinas* Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1992. 360p.